



ENSINO MÉDIO E INOVAÇÃO CURRICULAR: CONSIDERAÇÕES PARA PENSAR A ESCOLARIZAÇÃO JUVENIL

Shirley Sheila Cardoso¹

Luthiane Miszak Valença de Oliveira²

O ano de 2020, marcou profundamente as relações sociais, econômicas, políticas e educativas. Assolados pela pandemia causada pelo Coronavírus sofremos todos os impactos de uma sociedade fragilizada e vulnerável a “cruel pedagogia do vírus” (SANTOS, 2020). De uma hora para outra, professores foram desafiados a utilizarem ferramentas digitais, ambientes virtuais, aulas remotas e recursos tecnológicos. Reinventaram seus planejamentos, seu espaço de atuação, sua jornada e rotina de trabalho.

Somada a esse cenário vemos de outro lado as políticas curriculares que orientam a escolarização juvenil na contemporaneidade, apontando cada vez mais para a necessidade de práticas inovadoras e que possibilitem a modernização da escola, através de um currículo conectado e com uso de ferramentas tecnológicas. Mas cabe-nos pensar: usar somente recursos tecnológicos é inovar em educação? Como a tecnologia se vincula ao conhecimento escolar e colabora com práticas curriculares emancipatórias e conectadas com os contextos juvenis?

Reconhecemos a necessidade de implementação de práticas inovadoras e a pandemia sinalizou isso, porém, cabe-nos refletir quais seriam essas práticas de forma a conectá-las com as juventudes dos nossos tempos. Silva (2020), provoca-nos a pensar que as reformas do currículo do ensino médio e as mudanças causadas pela pandemia, conduzem muitas vezes, a uma “compulsão por modernizar” o currículo das juventudes.

Considerando essas indagações, elencamos a Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio-DCNEM (BRASIL, 2018) como nosso corpus de análise, nos

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS. Vice-Diretora Educacional no Colégio Marista Champagnat. E-mail: shirley.cardoso@maristas.org.br.

² Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Docente da Rede Estadual e Municipal de ensino em Santo Ângelo/RS. E-mail: luthimv@hotmail.com.

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



interessando, fundamentalmente em identificar os elementos que caracterizam e/ou orientam a inovação e a modernização das práticas curriculares nas reformas do ensino médio em contraste ao contexto da escolarização juvenil.

Ao analisarmos o texto das DCNEM (BRASIL, 2018, p.03) encontramos elementos para uma leitura inicial sobre inovação. Em seu art. 6º o documento define tecnologia como: [...] a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

Esse conceito aponta o entendimento de que tecnologia não diz respeito somente a inovação e ao uso de recursos tecnológicos, mas da transformação e da ação humana que acontece quando produzimos ciência. Ao mesmo tempo não evidencia toda a potência que o conceito deve assumir no campo da escolarização em decorrência das necessidades formativas dos jovens em seus contextos. Entendemos que evidenciar a compreensão epistemológica no texto da política curricular contribuirá para a sua implementação e para o avanço de escolarização mais significativa no ensino médio.

A palavra tecnologia aparece somente quatro vezes no texto das DCNEM. Quanto ao vocábulo inovação é referido em três momentos: vinculados à pesquisa no art. 5; associado às ações que promovam “a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, das tecnologias da informação, da matemática, bem como a possibilidade de protagonismo dos estudantes para a autoria e produção de inovação” no art. 8 e ao desenvolvimento de “ programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho” no art. 12 (BRASIL, 2018, p. 7).

De maneira geral, os documentos são consensuais em definir que a cultura, a criação, a linguagem digital, os novos conhecimentos, todos atrelados as tecnologias são inovações que conduziram para uma escolarização de qualidade. Desse modo, identificamos que tais políticas curriculares apontam cada vez mais para a necessidade de práticas inovadoras e que possibilitem a modernização da escola, através de um currículo conectado. Mas, será que somente os recursos tecnológicos garantem práticas curriculares inovadoras que respondam às demandas formativas dos jovens do ensino médio?

Ampliaremos o escopo de nossos argumentos, de forma a demonstrar que entendemos a ideia de inovação de maneira mais ampla, a qual vai além da utilização de

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



recursos ou linguagem tecnológicos, mas que se conecta com uma formação integral das juventudes e da realidade em que estes vivem e atuam.

Para essa discussão, Sebarroja (2017) propõe uma nova lupa analítica para pensar inovação, tomando as perspectivas educativas do século XXI a partir de um conjunto de marcas identitárias e conceituais desses entraves teórico-metodológicos, para compreender as “bases para a inovação educativa”.

A concepção inscrita pelo autor classifica a inovação como transformadora, apontando a modificação de teorias e práticas pedagógicas que irão facilitar a aquisição do conhecimento como também compreendê-lo e torná-lo significativo nas práticas cotidianas dos alunos. Fundamenta a dimensão holística dos conteúdos escolares designando a perspectiva de educação integral e das inteligências múltiplas como premissas do currículo, onde as dimensões social e individual, afeto e cognição, razão e ética são trabalhadas de forma integrada e síncrona. O que se ensina e o que se aprende, nesse sentido, está sempre vinculado às escolhas que faremos quanto aos métodos, estratégias, atividades e materiais. O autor defende que para garantirmos um currículo inovador precisamos olhar para a seleção de conhecimentos inovadores, para isso,

[...] um dos atributos do conhecimento inovador é a sua relevância; isto é, a aquisição de conteúdos básicos com valor cultural e social que nos ajudam a compreender a inovação multidimensional da humanidade e a compreensão do mundo em que vivemos. (SEBARROJA, 2017, p. 80).

Isso demonstra que quando se estabelece relação com os diversos saberes e disciplinas, com propostas de intervenção social, análise dos fenômenos sociais e naturais o conhecimento acontece de forma integrada e globalizada. Nesse sentido, a seleção dos conteúdos é a primeira premissa da inovação curricular.

Bem distantes da racionalidade técnica e de políticas perspectivadas pela lógica de mercado (PACHECO, 2003), o currículo inovador será aquele que fará sentido e trará contributo valorativo para a construção dos projetos de vida dos sujeitos e da perenidade de uma escola cooperativa, democrática e transformadora. Desse modo, Sebarroja (2017, p. 81) empreende dez componentes para um conhecimento inovador:

Afeta a todos os aspectos do desenvolvimento pessoal; há de ser relevante; se enriquece com a interculturalidade; apela a emancipação e a busca da verdade; desenvolve o pensamento reflexivo e a compreensão; pressupõe mais

perguntas do que respostas; se enriquece com a experiência pessoal; tem uma forte carga emotiva que forma parte da subjetividade; olha o entorno e o interpreta; tem caráter interdisciplinar e transdisciplinar, em contraposição a lógica fragmentada do saber.

De forma a apresentar algumas considerações finais, dialogamos com Silva (2020) quando destaca que as inovações educativas, quando derivadas de condições que levadas, ao seu limite, como uma “compulsão por modernizar”, num contexto de inovar a todo custo, de reformas que individualizam os itinerários formativos, da centralização cada vez mais na aprendizagem, que muitas vezes, desqualifica a importância da mediação pedagógica e a figura do professor, “não consegue estabelecer uma agenda consistente quanto aos propósitos educacionais, assim como não avança em modelos de governança escolar democrática para a escolarização juvenil” (SILVA, 2020, p. 06).

Assim, se Sebarroja (2017) entende a inovação como uma prática transformadora, relevante na aquisição de valores culturais e sociais, os quais nos ajudam a compreender o mundo em que vivemos, um currículo inovador só pode ser aquele pautado em uma formação integral e que possibilite práticas democráticas.

Palavras-chave: Ensino Médio. Currículo. Inovação. Escolarização juvenil.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n.35, p.1-3, 17 fev. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018.

PACHECO, José Augusto. **Políticas curriculares:** referenciais para análise. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra**. Edições Almedina, S.A, 2020.

SEBARROJA, Jaume Carbonell. Las pedagogias inovadoras y las visiones de los contenidos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (comp). **Los contenidos, una reflexion necesaria**. São Paulo: Cortez; Madrid, Espanha: Ediciones Morata, 2017, p. 76-82.

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



SILVA, Roberto Rafael Dias da. Entre a compulsão modernizadora e a melancolia pedagógica: a escolarização juvenil em tempos de pandemia no Brasil. **Práxis Educativa**, 2020, v.15, p.1-12.